

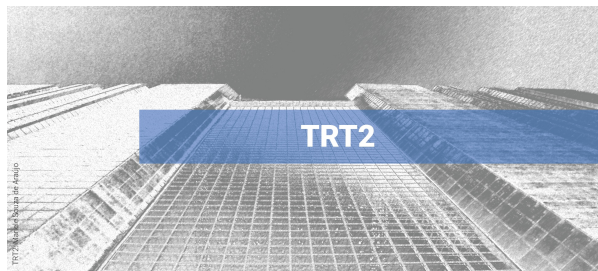
INFORMATIVO TRT2

Notícias e jurisprudência



9

Setembro de 2025



Vínculo empregatício é negado a chefe de mesa de bingo por se tratar de atividade ilícita. [Proc. 1000222-26.2025.5.02.0702](#)

Empregadora é condenada por contratar menor para trabalho doméstico e deve pagar indenização por danos morais. [Proc. 1000428-67.2025.5.02.0402](#)

Indústria não terá de recolher INSS sobre aviso-prévio indenizado. [Proc. RR-1016-32.2014.5.03.0020](#)

Sem aditivo contratual escrito sobre teletrabalho, corretora terá de pagar horas extras a gerente. [Proc. RR-1000847-07.2023.5.02.0031](#)

Empresa deverá adotar medidas contra assédio mesmo com mudança de comportamento de gerente assediador. [Proc. RRAg-1267-43.2017.5.09.0872](#)

Decisão equipara atividade de vendas por telefone com uso de headset a telemarketing e garante horas extras e comissões sobre vendas canceladas. [Proc. 1001482-08.2023.5.02.0089](#)

11ª Turma decide que Circular RP-52 do Itaú Unibanco é orientação a gestores e não garante promoção automática. [Proc. 1001386-94.2024.5.02.0044](#)

Mantido o INPC como fator de correção da pensão mensal vitalícia em decorrência da coisa julgada. [Proc. 0033000-14.2005.5.02.0461](#)



Gari receberá indenização por não ter banheiro nem refeitório durante a jornada. [Proc. RR-0010026-67.2024.5.18.0009](#)

TST anula dispensa imotivada de servidora concursada celetista em estágio probatório. [Proc. AR-8081-93.2012.5.00.0000](#)

TST

Processos de Gestantes, lactantes e puérperas terão tramitação preferencial na Justiça do Trabalho.

Confira os novos precedentes vinculantes firmados pelo TST.

TST Juris completa um ano com edição especial sobre cultura de precedentes.

TST lança portal sobre programas e colegiados temáticos.

Vieira de Mello Filho assume TST com defesa da democracia, da liberdade e do trabalho decente.

STF

Servidores temporários têm prazo de cinco anos para cobrar FGTS, decide STF.

Decisão de banca de heteroidentificação de cota racial pode ser discutida na Justiça, diz STF.

OAB questiona no STF mudança na Constituição

Querela nullitatis não é meio adequado para anular sentença por alegado julgamento extra petita.

Ministério do Trabalho e Emprego

MTE identifica falhas em escalas de tripulantes em auditoria sobre acidente aéreo da Voepass.

Governo Federal inicia ação nacional para regularizar FGTS de trabalhadores domésticos.

MTE fiscaliza mais de 800 empresas para garantir cumprimento da Lei de Igualdade Salarial.

Regulamentação de trabalhadores por aplicativo é tema de audiência pública na Câmara.

Governo Federal amplia direitos para terceirizados: menos horas de trabalho e mais previsibilidade de férias.

Ministério da Previdência Social

CSJT

CNJ aprova Nova Política de Comunicação do Poder Judiciário.

Justiça do Trabalho lidera ranking de maturidade tecnológica no Poder Judiciário.

CSJT nacionaliza para Justiça do Trabalho solução de transcrição de áudios e vídeos.

Ministro Aloysio Corrêa da Veiga preside última sessão à frente do CSJT.

Justiça do Trabalho lança 4ª edição do Guia de Contratações Sustentáveis.

ENAMAT

Enamat promove CFC sobre Saúde e Segurança do Trabalho.

Cursos Ead sobre o Chat-JT estão disponíveis para servidores e magistrados da Justiça do Trabalho.

CNJ

sobre pagamento de precatórios.	Ministério da Previdência Social adota linguagem simples em toda a sua comunicação.	CNJ atualiza norma sobre nomeações em cargos de confiança no Judiciário.
STF suspende lei paulista que regulamenta mototáxis.	Aposentados e pensionistas já receberam R\$ 1,5 bilhão em ressarcimento de descontos indevidos.	CNJ inclui cotas para indígenas, mulheres e PCDs nos programas de residência jurídica.
STF confirma validade de alta programada do auxílio-doença.		CNJ recomenda que tribunais adotem o PIX como opção para pagamento de custas.
STJ	Ministério Público do Trabalho	
Terceira Turma admite interesse processual em retificar profissão na certidão de casamento.	Plataformas digitais devem ser consideradas prestadoras de serviços.	Estão abertas as inscrições para o primeiro encontro de encarregados de dados do Poder Judiciário.
Informativo destaca tempo de serviço militar obrigatório e sucessão processual de sociedade empresária.	Decisão judicial obriga The Town a garantir condições dignas de trabalho.	Tribunais não devem manifestar apoio oficial a candidatos a vagas em tribunais superiores.
Disponibilização indevida de informações pessoais em banco de dados gera dano moral presumido.	Revista MPT em Quadrinhos reforça combate ao capacitismo no trabalho.	CJF
Proibição de recontratar professor substituto temporário antes de 24 meses só vale para mesma instituição.	Município de Praia Grande (SP) e entidades gestoras são processados por dispensa em massa em hospital.	FGV Justiça promove seminário sobre inteligência artificial no Judiciário.
	Justiça do Trabalho reafirma legalidade de interdição das faixas de pedestres no Aeroporto de Congonhas.	Aprovada recomendação da Corregedoria-Geral da Justiça Federal para aprimorar o planejamento e a racionalização das execuções em ações coletivas.



Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região

Rua da Consolação, 1272 – 5º andar

CEP 01302-906 - São Paulo - SP

Tel: (11) 3150-2359

Elaborado pela Secretaria de Gestão Jurisprudencial,
Normativa e Documental



Basis TRT2

Revista do Tribunal